

A desindustrialização no Brasil: desenvolvimentos do capitalismo e o movimento de trabalhadores

Lorena Ferraz C. Gonçalves^[1]

“Jamais fomos sociedades pós-industriais. A maior parte da população ainda depende do trabalho pesado para sua subsistência. O trabalho ainda é um elemento central nas biografias da vasta maioria da população em nossa região” (CARDOSO, 2007)

No revés do processo de substituição das importações (PSI) iniciado no Brasil da década de 1930, começa a se falar em desindustrialização no Brasil a partir dos anos 80, que segundo discussões combinou liberalização comercial e financeira com profundas mudanças institucionais, além disso, é acompanhada por uma ressignificação global do conceito de mercadoria, que agora inclui imaterialidades como serviços, conhecimento e informação, e exige a adesão às novas formas de colaboração e produção, ou um perfil de trabalhador diferente do encontrado na fábrica moderna.

O processo de desindustrialização internamente está ligado ao movimento de aumento da participação do setor de serviços no PIB, que é uma tendência geral, com aumento concomitante da produtividade na indústria. Assim, a participação do emprego industrial inicia seu processo de declínio, tanto em função do uso intensivo de trabalho qualificado, como do tipo de especialização econômica e de relações comerciais, externamente, se de bens primários, se de manufaturas com maior valor agregado ou de baixo valor agregado. Tem a ver assim com a composição setorial da produção e não obrigatoriamente simboliza degradação econômica e laboral. É preciso entender a complexidade do fenômeno, pois a desindustrialização pode significar tanto uma economia baseada no setor primário ou na produção de manufaturas de baixo valor agregado, como pode expressar, ao contrário, uma economia com novas exigências de produção, trabalho e consumo, geralmente ligadas à maior produtividade, uso intensivo de tecnologia, maior especialização e também, afetando a demanda, o aumento da renda *per capita*. No entanto, a desindustrialização pode gerar empobrecimento e alargamento do fosso social se acontecer sob determinadas condições, tais como pouco dinamismo e diversificação econômica, baixos salários, instituições fracas, baixa

coordenação industrial e político-laboral, bem como uma débil proteção ao trabalho. Isto tudo sem contar as condições mais gerais de educação, infraestrutura e geração de capacidades profissionais.

Segundo José Oreiro e Carmem Feijó, a desindustrialização não deve ser confundida com a dita “doença holandesa”, que são déficits comerciais crescentes da indústria e superávits comerciais (crescentes) no setor não industrial. Para os autores, a desindustrialização é a perda de importância relativa da indústria, isto é, perde para outros setores a condição de atividade dinâmica da economia.

Sempre que se fala em desindustrialização no Brasil, há muita controvérsia. Por coerência, uma economia só poderia sofrer um processo de desindustrialização depois de já ter atingido certo padrão de desenvolvimento produtivo e social. Alguns autores contestam a ideia de que haveria um processo de desindustrialização em curso no Brasil (Nassif, 2008. Nakahodo e Jank, 2006), argumentam que não houve alteração aguda da composição setorial da produção e do emprego, e também porque não se assistiu a um processo generalizado de mudança na realocação de recursos produtivos e no padrão de especialização dos setores com tecnologias intensivas em escala, diferenciada e *science-based* (baseadas em ciência) para as indústrias baseadas em recursos naturais e em trabalho.

De fato a industrialização brasileira é um projeto que nunca se concluiu e foi sempre permeado de estado, o que afetou a capacidade industrial e competitiva, e teve como características mais ou menos constantes o baixo investimento, a baixa produtividade, e a concentração e centralização, ou monopolização e oligopolização da indústria. Ademais, a industrialização brasileira é afetada pelo fato de o país ser uma economia de *commodities*, o que é uma de suas vantagens comparativas. Mas além das condições específicas do caso brasileiro, há fatores externos e globais que afetam esta dinâmica, tais como movimento cambial, os investimentos estrangeiros e o comércio exterior, bem como a emergência de novas formas de produção e de consumo. A hipótese de desindustrialização no Brasil parece se tratar assim de um processo de estagnação da economia competitiva e de inovação, bem como de precarização institucional e do mercado de trabalho.

O enfrentamento da desindustrialização precoce passa pelo adensar das cadeias produtivas, pela modernização e inovação da produção nacional por meio de investimentos e reformas da política macroeconômica e fiscal. O sindicalismo tem o dever de refletir sobre o tipo de desenvolvimento do capitalismo que interessa aos trabalhadores, e o suposto processo de desindustrialização é um ponto importante dessa discussão, inclusive porque é na indústria que está a base ou o campo de formação da organização moderna dos trabalhadores e da estruturação dos direitos trabalhistas.

Muito embora a inovação e a eficiência sejam fatores competitivos cruciais, a competição por mão de obra qualificada com o setor de serviços é desfavorável à indústria. Enfrentar a desindustrialização não se trata apenas de defender a produção econômica e a geração de empregos. A produção de mercadorias e de empregos acontece sob orientação de paradigmas políticos e econômicos, que influenciam, quando não definem, a tomada de decisão, e o que é importante, quem toma a decisão e como, se de forma dialogada ou não. Por isso compreender e propor rumos ao desenvolvimento capitalista pode ser a grande questão de fundo para lançar luz em todas essas convivências entre o industrial e o não-industrial na contemporaneidade.

[1] Pesquisadora, mestre em ciências sociais (UnB).